



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

CONTRATO nº 06/2026

PROCESSO nº 29/2026 – Contratação Direta por Dispensa de Licitação Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 29/2026,
QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA
MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA E R. N.
MARTELLO & CIA LTDA - ME

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**, situada na Rua Joaquim Procópio de Araújo, nº 1.662, Centro, Pirassununga/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.740.747/0001-49, neste ato representada por seu Presidente **Wallace Ananias de Freitas Bruno**, eleito Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga para biênio 2025/2026, conforme Ata da Sessão Legislativa de Eleição da Mesa Diretora, realizada em 1º de janeiro de 2025 e publicada no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal em 02 de janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 55, doravante denominado CONTRATANTE, e R. N. MARTELLO & CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob a natureza de Sociedade Empresária Limitada, portadora do CNPJ/ME nº 10.464.587/0001-43 e Inscrição Estadual nº 536.142.209.112, com sede na Rua Coronel Franco, nº 1733, Centro, Pirassununga/SP, CEP: 13.630-136, endereço eletrônico: panificadorarenata@yahoo.com.br, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por RENAN NOUER MARTELLO, brasileiro, solteiro, CPF 320.610.288-25, CNH 02104899100, com endereço profissional estabelecido à : Rua Coronel Franco, nº 1733, Centro, Pirassununga/SP, CEP: 13.630-136, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 29/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 29/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de “*coffee break*” (gêneros alimentícios), destinados ao atendimento das demandas da Escola do Legislativo e de cursos de capacitação de servidores da Câmara Municipal de Pirassununga, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade estimada	Valor Unitário	Valor Total Estimado
1	Mini Croissant de Frango	Kg	39	R\$ 80,00	R\$ 3.120,00
2	Mini Pão de Frios	Kg	26	R\$ 50,00	R\$ 1.300,00
3	Bolo de Cenoura com Cobertura de Chocolate	Kg	26	R\$ 45,00	R\$ 1.170,00
4	Suco de Laranja (Natural)	Litro	78	R\$ 20,00	R\$ 1.560,00
5	Refrigerante 2L (sabores diversos*)	Un.	52	R\$ 15,00	R\$ 780,00
TOTAL					R\$ 7.930,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do presente contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à manutenção as condições iniciais de habilitação.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO



CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor global estimado da contratação é de R\$ **7.930,00** (sete mil novecentos e trinta reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais



adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 60 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

- parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

- lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a



legislação pertinente;

- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação



do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do



contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1.O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8.O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1.nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2.nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade,



até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 15.1.1. **Gestão/unidade:** 01.01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA.
- 15.1.2. **Fonte de recursos:** 01 – GERAL.
- 15.1.3. **Programa de trabalho:** 01.122.1044-2.160 – Manutenção dos Serviços Administrativos.
- 15.1.4. **Elemento de despesa:** 3.3.90.30-01 – Material de Consumo.
- 15.1.5. **Plano interno:** Ficha 08
- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Pirassununga para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.


Pirassununga, 03 de março de 2026

WALLACE ANANIAS DE FREITAS
BRUNO:13963750820

Assinado de forma digital por
WALLACE ANANIAS DE
FREITAS BRUNO:13963750820
Dados: 2026.03.05 15:59:07
-03'00'

Wallace Ananias de Freitas Bruno

Presidente

Documento assinado digitalmente
 RENAN NOUER MARTELLO
Data: 05/03/2026 15:20:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante Legal do Contratado

RENAN NOUER MARTELLO



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

TESTEMUNHAS

1- **DALVA MILARÉ ARRUDA** Assinado de forma digital por
DALVA MILARÉ ARRUDA LODI:
LODI: 260.563.338-17 260.563.338-17
Dados: 2026.03.05 15:59:35 -03'00'

2-



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA-SP

CONTRATADO: R. N. MARTELLO & CIA LTDA - ME

CONTRATO Nº: 06/2026

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de “coffee break” (gêneros alimentícios), destinados ao atendimento das demandas da Escola do Legislativo e de cursos de capacitação de servidores da Câmara Municipal de Pirassununga

ADVOGADO(S)/ Nº OAB/e-mail: Mauro Zamaro, OAB/SP nº 421.466 (e-mail: maurozamaro@camarapirassununga.sp.gov.br)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Pirassununga, 03 de março de 2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Wallace Ananias de Freitas Bruno

Cargo: Presidente – biênio 2025/2026

CPF: 139.637.508-20

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Wallace Ananias de Freitas Bruno

Cargo: Presidente – biênio 2025/2026

CPF: 139.637.508-20

Assinatura: _____

WALLACE ANANIAS DE
FREITAS
BRUNO:13963750820

Assinado de forma digital por
WALLACE ANANIAS DE FREITAS
BRUNO:13963750820
Dados: 2026.03.05 16:00:49 -03'00'

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Wallace Ananias de Freitas Bruno

Cargo: Presidente – biênio 2025/2026

CPF: 139.637.508-20

Assinatura: _____

WALLACE ANANIAS
DE FREITAS
BRUNO:13963750820

Assinado de forma digital por
WALLACE ANANIAS DE FREITAS
BRUNO:13963750820
Dados: 2026.03.05 16:01:08 -03'00'

Pela contratada:

Nome: RENAN NOUER MARTELLO

Cargo: Sócio Proprietário

CPF: 320.610.288-25

Assinatura: _____



Documento assinado digitalmente
RENAN NOUER MARTELLO
Data: 05/03/2026 15:39:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Wallace Ananias de Freitas Bruno

Cargo: Presidente – biênio 2025/2026

WALLACE ANANIAS
DE FREITAS
BRUNO:13963750820

Assinado de forma digital por
WALLACE ANANIAS DE FREITAS
BRUNO:13963750820
Dados: 2026.03.05 16:01:21
-03'00'



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

CPF: 139.637.508-20

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2026

Processo de Licitação nº 29/2026 – Dispensa – Contrato nº 06/2026 – **Contratada:** R. N. MARTELLO & CIA LTDA - ME – **Objeto:** contratação de empresa para o fornecimento parcelado de “coffee break” (gêneros alimentícios), destinados ao atendimento das demandas da Escola do Legislativo e de cursos de capacitação de servidores da Câmara Municipal de Pirassununga – **Valor Global:** R\$ 7.930,00 (sete mil novecentos e trinta reais) – Vigência: 12 (doze) meses, a partir da assinatura.

Pirassununga, 5 de março de 2026

WALLACE ANANIAS DE FREITAS
BRUNO:13963750820

Assinado de forma digital por
WALLACE ANANIAS DE
FREITAS BRUNO:13963750820
Dados: 2026.03.05 16:00:16
-03'00'

Wallace Ananias de Freitas Bruno
Presidente



CADASTRO DO RESPONSÁVEL

ORGÃO OU ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Nome:	Wallace Ananias de Freitas Bruno
Cargo:	Presidente
CPF:	139.638.508-20
Período de gestão:	Biênio 2025/2026

Obs.: 1. Todos os campos são de preenchimento obrigatório.

2. Repetir o quadro, se necessário, informando todos os responsáveis durante o exercício.

3. Anexar a “Declaração de Atualização Cadastral” emitida pelo sistema “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, por ocasião da remessa do presente documento ao TCESP.

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” ora anexada (s).

Pirassununga, 05 de março de 2026

**WALLACE ANANIAS
DE FREITAS**

BRUNO:13963750820

Assinado de forma digital por
WALLACE ANANIAS DE FREITAS
BRUNO:13963750820

Dados: 2026.03.05 15:58:27 -03'00'



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **WALLACE ANANIAS DE FREITAS BRUNO**, CPF **139.637.508-20**, atesto que na data de **05/03/2026** às **15:57:08** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

F3327B33DA7FC8FB8EF1697B85F7D97D28FA5B367B3241049FDF5F1A111

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

e360659a-b106-48b4-8da0-8a24f339b4b5

Para conferência, acesse <https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos> e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.



Prefeitura Municipal de Pirassununga
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

www.pirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 06 de Março de 2026 | Ano 13 | Nº 152

Secretaria Municipal de Saúde

SAEP

VISA – Vigilância Sanitária

CONVOCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Av. Germano Dix, 3350, Jardim Carlos Gomes, Pirassununga - SP, CEP: 13633-010
E-mail: visa@pirassununga.sp.gov.br

AUTO DE INFRAÇÃO Nº T.35/2026
Data da Emissão: 06/03/2026

1 Detalhes da Infração.

A Vigilância Sanitária de Pirassununga, por meio de seu médico responsável, Dr. Cléber Beneveli, emite o seguinte Auto de Infração:

Protocolo: 867/2026

Infrator: JULIO DA SILVA GONCALVES

CPF/CNPJ: 094.083.758-74

Endereço: RUA MARIA INACIA DA CONCEICAO, 40, VILA CARRAO, CEP: 03437-060, SAO PAULO - SP. Descrição da Infração: Manter terreno com mato alto, entulhos e lixo em área residencial, propiciando a criação de criadouros de animais peçonhentos e outros. O terreno esta localizado na RUA BENEDICTO TOLENTINO FILHO, 1353 TERRAZUL BA - CEP: 13638-453

2 Base Legal.

A infração contraria o disposto no artigo 2º da Lei Complementar nº 165, de 08 de novembro de 2018, combinado com o artigo 10 da Lei nº 3.155, de 30 de dezembro de 2002, alterado pela Lei nº 4.916, de 18 de fevereiro de 2016.

3 Consequências.

O infrator deverá realizar a limpeza do terreno, incluindo capina e retirada de entulhos e lixo, no prazo de 7(sete) dias, conforme artigo 6º da Lei Complementar no 165/2018. Caso a limpeza não seja efetuada dentro desse prazo, será lavrado um Auto de Imposição de Penalidade de Multa no valor de 500 UFMs, conforme § 1º do artigo 10 da Lei no 4.916/2016. Se, após 30 (trinta) dias contados da autuação, a situação persistir, a multa será aplicada em dobro, no valor de 1000 UFMs, conforme § 2º do artigo 10 da Lei no 4.916/2016. Adicionalmente, a Prefeitura poderá realizar a limpeza, com as despesas correndo por conta do proprietário, conforme artigos 8º e 9º da Lei Complementar no 165/2018.

4 Instruções para Recurso

O infrator dispõe do prazo de 7(sete) dias para apresentar defesa ou impugnação deste Auto, conforme previsto na legislação sanitária municipal (Lei Complementar nº 61/2005). A defesa poderá ser enviada pelo e-mail visa@pirassununga.sp.gov.br ou protocolada diretamente junto ao setor de Comunicação da Prefeitura.

Considerar somente este Auto de Infração

Documento assinado digitalmente
LUIS TIAGO PAVÃO
CPF: 045.103.020-03 | 03/03/2026
Verifique em https://validar.jf.gov.br

Luis Tiago Pavão
Agente de Saneamento

O SAEP- SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA, Convoca a Sra. **AMANDA ALINE DA SILVA GAZITO**, RG. 45.***.***-7 , CPF.439.***.***-63, classificado em 5º lugar, para o emprego permanente de **TECNICO DE OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**, Referente ao Concurso Publico **002/2024**, a comparecer no escritório do SAEP, sito a Av, Newton Prado nº 2664, junto a Seção de Recursos Humanos e Pessoal, para tratar de sua admissão no quadro de pessoal do SAEP no prazo de 03 dias uteis, Pirassununga, 05 de março de 2026, Rogério da Silva - Chefe da Seção de Recurso Humanos e Pessoal.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA

AVISO DE LEILÃO ELETRÔNICO

Processo Administrativo: 507/2026. Modalidade: Leilão Público Eletrônico (ON LINE) nº 01/2026. Objeto: Alienação de bens inservíveis a Administração Pública do SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA - SAEP, composto por veículos automotores, materiais diversos, ferro velho e sucatas, conforme Anexo I, do tipo maior lance por lote, regido pela Lei Federal n.º 14.133/21, de 01 de abril de 2021. O Edital será disponibilizado e poderá ser baixado nos sites www.saep.sp.gov.br, www.lanceleiloes.com.br e PNCP, e/ou consultado na sede do SAEP, sito na Av. Newton Prado, Nº 2664 – CENTRO – Pirassununga/SP, no horário das 9h00 às 11h00 e das 13h30 às 16h30, de segunda a sexta-feira. Os lotes estarão disponíveis para lance a partir da publicação deste edital. A sessão pública será realizada de modo eletrônico (on line), no dia 31 de março de 2026, pelo site www.lanceleiloes.com.br com encerramento do primeiro lote a partir das 10h00. A sessão pública será conduzida pela Leiloeira Oficial Sra. Marilda dos Santos Ribas - JUCESP 1120. Pirassununga, 06 de março de 2026. Pedro Westphal Nunes – Superintendente.

**ATOS OFICIAIS
PODER LEGISLATIVO**

Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2026

Prefeitura Municipal de Pirassununga
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

www.pirassununga.sp.gov.br



Pirassununga, 06 de Março de 2026 | Ano 13 | Nº 152

Processo de Licitação nº 29/2026 – Dispensa – Contrato nº 06/2026 – **Contratada:** R. N. MARTELLO & CIA LTDA - ME – **Objeto:** contratação de empresa para o fornecimento parcelado de “coffee break” (gêneros alimentícios), destinados ao atendimento das demandas da Escola do Legislativo e de cursos de capacitação de servidores da Câmara Municipal de Pirassununga – **Valor Global:** R\$ 7.930,00 (sete mil novecentos e trinta reais) – Vigência: 12 (doze) meses, a partir da assinatura. Pirassununga, 05 de março de 2026. **Wallace Ananias de Freitas Bruno-Presidente**

PORTARIA Nº 1212/2026

Wallace Ananias de Freitas Bruno, Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga, Estado de São Paulo, etc... No uso de suas atribuições legais, concede ao servidor MAURO ZANGARO PESSIN, Analista Legislativo Contador, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2024 a 1º de maio de 2025, a partir de 09 de março de 2026. Registre-se e Publique-se. Pirassununga, 06 de março de 2026. **Wallace Ananias de Freitas Bruno-Presidente**. Publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Pirassununga. Dalva Milaré Arruda Lodi-Diretora Legislativa



CP nº. 02/2025

Pirassununga, 6 de março de 2026.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A **COMISSÃO PROCESSANTE nº. 02/2025** instaurada no âmbito da Câmara Municipal, nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967, através de seu Presidente abaixo assinado, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, especialmente ao Sr. **FERNANDO LUBRECHET**, denunciado nos autos do processo em epígrafe, que:

CONSIDERANDO as certidões constantes dos autos que demonstram as tentativas frustradas de intimação pessoal do denunciado, além da informação reiteradamente prestada pelo próprio denunciado durante todo curso processual de que as correspondências deveriam ser encaminhadas exclusivamente ao seu advogado;

CONSIDERANDO, ainda, que o patrono do denunciado igualmente se recusa reiteradamente a receber as correspondências encaminhadas aos endereços físico e eletrônico constantes no rodapé de sua petição;

CONSIDERANDO, portanto, que restaram esgotadas as tentativas de notificação pelas vias ordinárias, mostra-se cabível a notificação por meio de edital, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, como medida necessária à regularidade do processo e à garantia do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO, por fim, que a Comissão Processante encerrou a fase de instrução em 04 de março de 2026, conforme ata juntada aos autos;

FICA O SR. FERNANDO LUBRECHET, NOTIFICADO por meio do presente edital, para que lide seja dada vista dos autos e apresente suas **RAZÕES ESCRITAS** no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 5º, inciso V, do Decreto-Lei nº 201/1967.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente edital, que será publicado no Diário Oficial do Município.

P.I.C.

WELLINGTON LUIS CINTRA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE 02/2025

Rua Joaquim Prócipio de Araújo, 1662 - Fone (19) 3561-2811
E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA
Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pirassununga. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=WE3X-VH78-6BDF-ZONE>, ou vá até o site <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: WE3X-VH78-6BDF-ZONE

WELLINGTON LUIS CINTRA DE OLIVEIRA:
423.559.008-17



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Processo Interno Nº 118/2025 - PROTOCOLO: ... - CHAVE PARA VALIDAÇÃO: WE3X-VH78-6BDF-ZONE

Rua Joaquim Prócipio de Araújo, 1662 - Fone (19) 3561-2811
E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br
Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

FIM DA EDIÇÃO

MUNICÍPIO DE
PIRASSUNUNGA:45
731650000145

Assinado de forma digital por
MUNICÍPIO DE
PIRASSUNUNGA:4573165000145
Dados: 2026.03.06 16:43:03 -03'00'